

RESENHA

Por Armando Lírio de Souza¹ e Everson Luan Monteiro Castro do Carmo²

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

O livro de Carlos Antonio Brandão, *Território e Desenvolvimento*, é referência das primeiras reflexões do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Gestão Territorial na Amazônia Oriental que está sendo organizado no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (Ufpa). Trata-se de um grupo de pesquisa de caráter multidisciplinar, contudo, centrado na problemática do desenvolvimento, com ênfase no estudo sobre a mobilidade do trabalho e a mobilidade do capital e suas repercussões, em termos de desterritorialização, particularmente no Território da Cidadania do Baixo Tocantins no estado do Pará. A obra de Brandão (2007) é resultante de vários anos de estudos sobre dois temas: desenvolvimento econômico e questão regional e urbana. O objetivo é aproximar essas duas temáticas do campo da economia política do desenvolvimento. O destaque é a valorização da dimensão territorial, articulada com a dimensão do desenvolvimento econômico. O autor parte de uma argumentação da existência de forças endógenas, exógenas e hierárquias, as quais ganham uma nova significação a cada momento histórico particular, tendo em mente que, enfrentar essas forças envolve uma visão sólida sobre a produção social do espaço, classes sociais, conflitos, decisões e poder. Isso requer reflexões mais concretas sobre desenvolvimento e território, em contraposição a uma noção de “desmaterialização” ou “fenomênica” dessas duas categorias. Em termos gerais, as bases dessa formulação são apontadas, a partir de quatro conceitos essenciais: homogeneização, integração, polarização e hegemonia. Segundo Brandão (2007), esses conceitos permitem analisar as estruturas e dinâmicas sociais, historicamente determinadas, em sua dimensão espacial, visto que, a expansão e apropriação territorial, a extensão e o controle

-
- 1 Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (Facecon/Icsa/Ufpa), doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/PGDR), com experiência na elaboração e coordenação de vários projetos no âmbito da temática do cooperativismo e agricultura familiar e líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Gestão Territorial na Amazônia Oriental.
 - 2 Graduando em Economia pela Facecon-Ufpa e bolsista de iniciação científica do Pibic-Ufpa.

da propriedade foram funcionais às equações políticas e econômicas que se estruturam no país, redefinindo a política de desenvolvimento a uma escala nacional. Por fim, o autor propõe uma perspectiva orientada para a construção de estratégias democráticas de desenvolvimento. No primeiro capítulo, ele problematiza a temática do desenvolvimento, particularmente a forte influência de um localismo exacerbado, normalmente desconectado das decisões sobre os instrumentos de política macroeconômica. Isso reduziu a noção de política de desenvolvimento regional e urbana a formatos institucionais, na maioria das vezes, orientado pelas agências multilaterais, por meio de recomendações, já tradicionais, mas apresentadas como instrumentos de modernização institucional pautadas na parceria “público-privado”, poder de “governança” das organizações cooperativas e associativistas, proliferação de agências e comitês. Segundo o autor, há uma propaganda sobre possíveis vantagens comparativas, portanto, de competitividade e eficiência. Isso seria capaz de inserir a dinâmica local na modernidade, tendo em mente que o espaço local passa por um novo padrão de desenvolvimento. Afinal, qual é este padrão de desenvolvimento? Quais as condicionantes que determinariam um sentido de desenvolvimento que não estivessem vinculados à produção capitalista do espaço? Em certo sentido, essa posição localista abstrai os conflitos e fortalece uma visão institucionalista, baseada em práticas comunitárias e de reciprocidade. Dessa maneira, ignora os movimentos de resistência ou contra movimentos de resistências que buscam a emancipação das condições de exploração do trabalho. Segundo o autor, o pensamento único localista defende a visão de que haveria um processo de aprendizagem e de aquisições diferenciais em acúmulo coletivo, isso proporcionaria vantagens pela proximidade física e pelo exercício de criatividade, de geração e apropriação de “sinergias coletivas”. Por exemplo, no caso da ação pública, esta deveria promover externalidades positivas, desobstruindo entraves microeconômicos e institucionais, atuando sobre as falhas do mercado. Isso requer pensar a repactuação federativa e a construção de um patamar mínimo de homogeneidade social, como pré-requisitos de um verdadeiro processo de desenvolvimento nacional. No entanto, segundo o autor, há desafios de várias ordens, principalmente aqueles relacionados às transformações recentes no novo padrão de desenvolvimento capitalista, tendo em mente, que é preciso tentar responder às intrigantes questões, qual o papel que desempenham, nesse novo contexto, o local, a região, o espaço nacional? Assim argumenta Brandão (2007): o certo é que o sistema capitalista aperfeiçoou seus instrumentos, inclusive com capacidade de manejar de maneira mais ágil a utilização do espaço construído, tendo em vista, a maneira de atração do capital. Haveria um dua-

lismo: primeiro, haveria estruturas em redes centradas em grandes empresas transnacionais ou em tecidos localizados de pequenas empresas. No segundo caso, o ambiente fragmentado seria reforçado por uma lógica autônoma, com a crença na força de potencial endógeno de enfrentamento às forças da globalização, ou seja, bastaria cumprir a agenda das agências multilaterais para obter vantagens competitivas. No segundo capítulo, o autor fala sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, onde ele explica o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista, partindo-se de abordagens locais, baseadas no individualismo metodológico e nas escolhas racionais e maximizadoras, pois as regiões são conhecidas como meros receptáculos neutros, sítios sem textura ou entorno, o espaço é plenamente identificado à distância, ou seja, são meros recipientes. Há uma despolitização do território. Contudo, deve-se atribuir ao território um papel ativo, multidimensional, enquanto construção social. Nesse sentido, deve-se partir da análise das relações entre processos sociais e forma espacial. Assim, o autor dá ênfase às lutas que se travam entre capital e trabalho, no entanto, relata que foram feitas tentativas acerca de formulações abstratas dos fenômenos regionais e urbanos, porém em sua avaliação não houve um aprofundamento em seus elementos teóricos. Dessa maneira, propõe que é preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica. A proposta é dar destaque à divisão social do trabalho, visto que esta deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento. Todavia, o autor relata que o desenvolvimento capitalista é marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias, levando-se em consideração uma perspectiva crítica que a dimensão espacial dos processos econômicos e sociais assume, tendo em vista, que o autor em seu texto relata que esse processo não delimita “regiões”, mas, sobretudo, “desfaz” fronteiras territoriais. Valendo-se disso, ele cita alguns conceitos que precisam ser atualizados como: homogeneização; polarização; integração; hegemonia. Estes conceitos foram concebidos e utilizados em realidades bastante diversas da apresentada pelo novo momento de mundialização do capital. Em síntese, cada um deles possui um significado contemporâneo: o processo de homogeneização busca a valorização unificada e a universalização da mercadoria; o processo de integração é descrito como um processo contínuo e de difícil reversão, dessa forma, ela recondiciona as economias aderentes, como os mercados regionais que passam a ser expostos à pluralidade das formas superiores de capitais forâneos; a polarização nos dá ideia de hierarquia como

medida de processo de concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço; hegemonia é concebida como direção e domínio e, portanto, como conquista, através da persuasão, do consenso, mas também como força para reprimir as classes adversárias. No terceiro capítulo, o autor discute sobre a integração do mercado nacional e a construção social de uma “economia urbana complexa”, entretanto a construção dessa sociedade se valeu, primeiramente, da constituição de uma economia exportadora capitalista. O autor relata que a pecuária desempenhou um papel fundamental na extensividade e pulverização da acumulação de capitais mercantis interiorizados, na cristalização e preservação de grandes latifúndios, na ocupação dos sertões e na fixação de contingentes populacionais marginalizados. Nesse momento, Brandão (2007) passa a tratar da diferença entre o campo e a cidade tendo como síntese, grandes unidades produtoras (agrícolas, mineradoras e extrativistas), rígida ordem escravocrata e senhorial, altíssima concentração de renda, riqueza e poder, orientação para o exterior, são características “monótonas” dos três primeiros séculos da economia colonial, que muito pouco se transformou com a criação de um Estado nacional. Nesse contexto de incipiente divisão social do trabalho e de não oposição dialética entre campo e cidade, o “caudilhismo” local prevaleceu, embotando as possibilidades de constituição de uma sociedade menos autoritária, que legou como herança formas atrasadas (que se perenizam) de convivência social. Ao analisar a dinâmica urbano-regional até 1929 no Brasil, é relatado no livro, que São Paulo com a economia cafeeira, possuía a mais consistente economia da época, onde o autor também faz menção a outras economias no território brasileiro. Ele cita a economia vivida na Amazônia, com a expansão da extração da borracha, baseada na economia de aviação, que gerou ponderável excedente, sobretudo entre 1890 e 1920, mas teve dificuldades de retê-lo, e assim diferenciar sua economia, constituindo um complexo sólido. Portanto, na Amazônia, o capital comercial atravessador dos inúmeros produtores independentes se pulverizou em aplicações que não se dirigiam para sua metamorfose em capital produtivo, enquanto que, em São Paulo foi criado um novo modelo de “urbano” no estado e no país, e com isso, empurrando-o para um processo de urbanização com mudanças significativas no setor de transportes e energia. O país passou por um processo de alterações, e São Paulo é considerado o centro do comércio e crescimento. Todavia, em um contexto de modernização conservadora e de taxas milagrosas de crescimento, embora com alta concentração geográfica no Centro-sul, pode-se proceder a uma exitosa “fuga para frente”, sancionando interesses representativos do atraso estrutural, a partir do alargamento e da integração de um

mercado interno complexo, típico de um país de dimensões continentais, agora sob o domínio do capital industrial. Um pouco depois, ocorre um processo de desconcentração industrial, em direção ao interior desse polo dinâmico-concentrador. Um exemplo é a região de Campinas que se transforma em um grande polo industrial no território paulista. Tendo em vista essas condições, diversas dimensões e dinâmicas favoreceram esse processo de interiorização da economia paulista: a expansão da pecuária; os impactos do Proálcool; as políticas estaduais de descentralização e as ações locais; o avanço de sua economia urbana; o porte e a densidade de seu mercado consumidor e de trabalho. Contudo, no quarto capítulo, o autor destaca a crise estrutural do Estado nacional brasileiro, a qual considera uma “crise de civilização”, porque “(...) construímos talvez a mais veloz máquina capitalista de crescimento e constituímos a mais desigual estrutura social, e, provavelmente, a mais eficiente máquina de exclusão social do planeta” (Brandão, 2007, p. 148). A proposição de reforma do Estado, difundida ao longo dos oito anos de governo do FHC, ao invés de promover desenvolvimento, provoca o aprofundamento das desigualdades inter-regionais. Agora o desafio seria romper com a trajetória de configuração de “(...) uma verdadeira massa de não cidadãos, e uma pequena minoria privilegiada que goza de direitos civis e garantias sociais plenos” (Brandão, 2007, p. 180). Portanto, o debate economicista não é suficiente. “Deve-se, sim, partir das alternativas concretas de construção de cidadania, dignidade, segurança e proteção, com radicalidade democrática e redistribuição de renda, riqueza, poder e acesso ao Estado, reconstruindo politicamente novas escalas para as políticas de desenvolvimento, sobretudo a nacional” (Brandão, 2007, p. 182). No quinto capítulo, o autor disserta sobre a construção de uma escala nacional, se utilizando de definições como taxas de câmbio, taxa de juros, salários e a questão fiscal, tendo em vista, uma construção da escala nacional com o objetivo de buscar neutralizar as determinações destrutivas e predatórias da mercantilização, levando-se em consideração que se necessita de estudos de políticas macroeconômicas sobre diferentes espaços urbanos, como exemplo de uma passagem de uma macroeconomia do emprego e da renda para uma macroeconomia da riqueza patrimonial e financeira das economias urbanas complexas. Segundo o autor, houve uma interiorização e um avanço territorial da urbanização, onde uma rede de cidades com diversos tamanhos e tipos, submetida a diferentes lógicas que variam por classe de tamanho, no tempo e no espaço, conduz a que as decisões de inversão, individuais e agregadas, se tornem múltiplas, tendo a dispersão espacial e as diferenciações do setor produtivo possibilitado estratégias de valorização múltiplas, tendo em vista, que se

vive em um país continental que logrou construir uma decisiva unidade nacional através da integração e expansão de seu mercado interno de grande potencial. Portanto, o grande desafio de uma proposta multiescalar, ou seja, fazer operar no Brasil, tendo como base sua imensa diversidade e criatividade, avanços sociais, políticos e produtivos. Tendo em vista que é necessário romper com as forças desarticuladoras e os pactos de dominação interna, e estabelecer estímulos à identidade/diversidade/diferenciação, que deve, em seu percurso, ser pedagógica, procurando orientar as classes subalternas a lutar pela publicização do Estado, repolitizando as administrações públicas, para, através de decidida pactuação federativa, republicanizar o Brasil. O autor finaliza o livro com o seguinte relato: qualquer caminho perspectivo para o Brasil, em termos de discussão do desenvolvimento socioeconômico e do avanço político, terá de ser o de resgatar a potência virtuosa de nossa diversidade. Sempre houve a defesa de que as heterogeneidades estruturais e a diversidade do país seriam problemas. Considera-se isso uma ideia equivocada. Segundo o autor, podem-se trabalhar todas essas assimetrias como um campo interessante de diversidade de um país continental muito rico e complexo em todos os sentidos. Logo, pode-se concluir que o autor, em seu livro, faz uma discussão acerca do espaço e do território brasileiro, levando-se em consideração as políticas públicas adotadas. No entanto, o processo de globalização deixa mais evidente as diferenças sociais marcantes enfrentadas pelo país, dentro do seu complexo de regiões. Portanto, a ideia-força é o desmonte das forças do atraso estrutural, como condição para a promoção do desenvolvimento com inclusão sociocultural-produtiva.